



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

ATA DE REUNIÃO

Data	19/04/2016 – terça-feira
Início	11h30min
Fim	13h30min

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adélia Almeida Schmidt	Coordenadoria de Sistemas Eleitorais
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Ana Luíza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Cláudia Foffano de Souza	Assessoria da Corregedoria
Deborah Nerlite Bulhões do Carmo	Secretaria de Gestão de Pessoas
Fabiano Freitas Barbosa	Coordenadoria de Logística
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Leandro Silva Coelho	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessoria da Presidência
Sonia Maria Moreira Goldzweig	Coordenadoria de Soluções Corporativas
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico

Colaboradores	
Nome	Unidade
Avelino Ferreira Gomes Filho	Seção de Desenvolvimento de Sistemas
Eneida Salazar de Moura	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral <i>EP</i>
Luciana Souza Batista	Assessoria de Comunicação Social <i>LB</i>
Odlan Villar Farias	Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral <i>EP</i>
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

2. Pauta.

Reunião do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação - CDTIC.

3. Descrição da reunião.

A Diretora-Geral informou que foi realizada uma reunião, com a presença da ASPLAN e da STI, na quinta-feira passada (14), para estudar os critérios de priorização para o desenvolvimento de sistemas, propostos pela servidora Sonia Goldzweig. Acrescentou que a participação da STI foi importante para esclarecer como é realizado o trabalho na Seção de Desenvolvimento de Sistemas.

A servidora Tatiana Kagohara fez uma apresentação, que se encontra anexa à presente ata, com a proposta de fluxo do processo e critérios para a priorização de soluções de TI. *(elaboradas de acordo com a reunião realizada em 14/04/16.)* *EP*

Destacou, ainda, a importância de definir a distinção entre desenvolvimento de soluções, manutenções simples, manutenções incrementais e implantação de solução desenvolvida por outra instituição. A Coordenadora de Soluções Corporativas esclareceu que a implantação de soluções desenvolvidas por outros órgãos receberá o mesmo tratamento na avaliação técnica que o desenvolvimento ou a manutenção incremental de soluções. *EP*

Acrescentou que, uma vez aprovados os critérios de priorização pelo Comitê Gestor de TIC, será elaborada uma norma para detalhar o processo de priorização e revisto o formulário REF, através do qual serão feitos os pedidos das Unidades com as devidas justificativas. *EP*

Salientou, ainda, para previsão de um plano de desenvolvimento de soluções, criado a partir do plano diretor da estratégia, que conterà as previsões de desenvolvimento de soluções no período e os respectivos prazos para desenvolvimento e conclusão.

A servidora Tatiana Kagohara mencionou que as solicitações de desenvolvimento de soluções passarão primeiramente pela análise técnica da STI e, caso não esteja prevista no plano de desenvolvimento de sistemas ou não seja tecnicamente viável, será encaminhado ao CDTIC para ser priorizada dentre as soluções já previstas no plano de desenvolvimento de soluções. O Comitê revisará as prioridades em suas reuniões ordinárias, que acontecem trimestralmente, ou se necessário, em reunião extraordinária.

Foram propostos seis critérios para a priorização dos sistemas: abrangência, impacto no processo de trabalho, estruturação do processo de trabalho, alinhamento estratégico (somente aos objetivos priorizados no Plano Diretor da Estratégia), disponibilidade da infraestrutura e determinação legal, restando como critérios de desempate o tempo de espera e o número de objetivos estratégicos impactados.

A Diretora-Geral registrou que será necessário que o Comitê delimite o conceito de determinação legal na norma que irá tratar do assunto para que não seja confundido com as determinações hierárquicas ou recomendações de auditorias internas. Ressaltou que, além deste critério, todos os outros devem conter um descritivo.

Lembrou ainda que a Unidade solicitante deverá estar disponível para acompanhar o desenvolvimento da solução pleiteada, cabendo a STI verificar com a área, no momento do desenvolvimento do sistema, se aquela é melhor data para sua implantação ou se é melhor adiar a solução, o que ensejará o desenvolvimento de outra solução no seu lugar, de acordo com a priorização estabelecida.

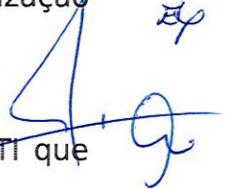
Passou-se, então, à avaliação da matriz de priorização das soluções de TI que atualmente se encontram pendentes da SEDSIS.

Inicialmente, a servidora Sônia Goldzweig destacou a importância da avaliação, pela STI, do "nível de esforço estimado da solução técnica", constituindo-se, tal critério, em uma coluna da matriz de priorização aprovada pelos presentes.

saup

STI

STI



O servidor Avelino informou que, neste momento, a SEDSIS está trabalhando no sistema GERIR e incluindo relatórios do SGRH para atender às exigências do Justiça em Números. A servidora Sônia Goldzweig mencionou que atualmente está com uma equipe liberada e solicitou que a prioridade das soluções fosse definida, o quanto antes, para aproveitamento dessa equipe.

Os presentes deliberaram sobre a pontuação dos critérios contemplados na matriz ficando em primeiro lugar o sistema COMUNICA e em segundo lugar o GESCOMP. Como a implantação do GESCOMP depende de disponibilidade do TRE-GO, que o desenvolveu e deve ocorrer a partir do 2º semestre, restou definido que o sistema COMUNICA deverá ser o primeiro a ser atendido seguido da atualização do sistema da Ouvidoria (que será adequado a lei de acesso à informação).

Restou definido que os sistemas MARCON e CESTA 2- novas funcionalidades devem ser excluídos da lista.

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que cada unidade deve recuperar suas solicitações para verificar se a solução ainda é necessária e, caso seja, preencher o REF que será revisto em conjunto com a STI e disponibilizado pela ASPLAN, registrando que como o desenvolvimento do sistema COMUNICA acaba de ser determinado pelo Comitê, fica dispensado o REF.

Aduziu que, quando necessário, a ASPLAN participará das entrevistas para a composição do REF, junto às Unidades e à STI, e que o primeiro formulário a ser preenchido será o do sistema da Ouvidoria com a participação da Presidência, ASPLAN e STI.

Restou estabelecido que o REF do Sistema de Suprimento de Fundos deverá ser preenchido com representantes da SAD, SOF e SCI, uma vez que o sistema atenderá as três Unidades.

Definiu-se ainda que na próxima reunião será apresentada a minuta da norma de priorização para aprovação de todos e serão priorizados os sistemas com base nos REFs apresentados.

4. Pendências

Aquelas que já constam do item 3.

19

fat

J

↓
GAG

STI

Ji

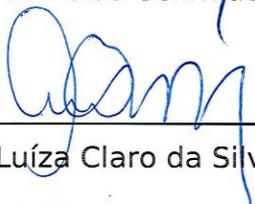
pb

// >

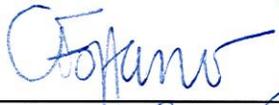
De acordo


Adélia Almeida Schmidt

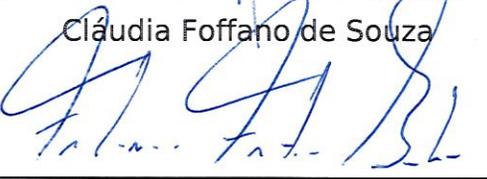

Adriana Freitas Brandão Correia

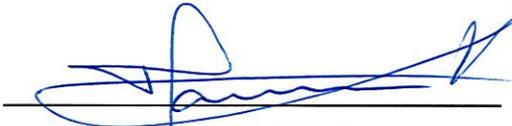

Ana Luíza Claro da Silva


André dos Santos Sant'Anna


Cláudia Foffano de Souza


Deborah Nerlite Bulhões do Carmo


Fabiano Freitas Barbosa


Fábio Lami Júnior


Fernando José da Fonseca


Flávio Augusto Castanheira Celano


Leandro Silva Coelho


Simone Ferreira de Oliveira e Cruz


Sonia Maria Moreira Goldzweig


Soraya Previtali Morisson

Colaboradores:


Avelino Ferreira Gomes Filho


Eneida Salazar de Moura


Luciana Souza Batista


Odlan Villar Farias


Tatjana de Freitas Kagohara